



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGIDO PELA LEI FEDERAL nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº 123/06 e RESOLUÇÃO nº 458/2024.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA”.

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE/SP

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 13:00 HORAS DE 21/10/2024

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 21 DE OUTUBRO DE 2024

ABERTURA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 13:01 HORAS

INÍCIO DOS LANCES: 13h30min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

Portaria nº 004/2024: Rodrigo dos Santos Evaristo Macedo - Pregoeiro Oficial.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 264.273,67 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e sete centavos)

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > edital PE 001/2024 > Câmara Municipal de Piquete, e ou através do e-mail: compras@camarapiquete.sp.gov.br.

Telefones: (12) 3156-1010

Horário de funcionamento: 08h30min. às 18h06min.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

1 – PREÂMBULO

1.1. A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUETE/SP**, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br)**, conforme especificado neste edital e seus anexos

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr.(a) Rodrigo dos Santos Evaristo Macedo, Pregoeiro oficial, designada pela **Portaria nº 004/2024**, e pela Equipe de Apoio, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06 e Resolução nº 458/2024**, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Câmara Municipal de Piquete/SP, através do endereço eletrônico <https://www.camarapiquete.sp.gov.br/editais>, e/ou na Plataforma de Licitações Licitar Digital, e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e/ou no prédio sede da Câmara Municipal de Piquete/SP, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão e/ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Câmara Municipal no site, <https://www.camarapiquete.sp.gov.br/editais>.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretendo licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA”**.

Conforme especificações constantes nos anexos a este edital.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 – Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município e ou Legislativo, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município ou Legislativo, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 –Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.11 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3 – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Legislativo de Piquete/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- () Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- () Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- () Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- () Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- () Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.
- () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, se for o caso, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferível.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 6.5** - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.6** - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7** - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.8** - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
- 6.9** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.9.1** - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis quando for o caso, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.
- 6.10** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.11** - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.12** - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 6.13** - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1** - Valor unitário e total do lote e ou itens;
 - 7.1.2** - Marca dos produtos ofertados.
 - 7.1.3** - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
- 7.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 7.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 7.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5** - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.6** - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7** - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
- 7.8** - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO poderão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes poderão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a **PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, a seguir informada:

8.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.12. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 8.12.1. Registro comercial no caso de firma individual;
- 8.12.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 8.12.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- 8.12.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**(CNPJ)**;
- 8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(FGTS)**;
- 8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.13.5. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.13.6. Prova de regularidade com a **FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.13.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos **tributos Fazenda Estadual e/ou Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.14. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

- 8.14.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.15.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.15.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.15.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

8.15.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - **O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA DEVERÁ SER DE R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS).**

9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 –Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 9.15** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.16** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17** - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.18** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.19** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.22** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 9.24** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.25** - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.26** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.27** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.28** - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.29** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 9.29.1** - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.29.2** - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.29.3** - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 – Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Resolução nº 458/2024 e Lei federal nº 14.133/21.

10.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.7 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.9 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

10.10 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.11 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.12 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3 - Encerrada a etapa de envio de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o **MENOR PREÇO POR LOTE**, para que seja obtida **MELHOR PROPOSTA**, sendo vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital e seus Anexos;

11.3.1 - Esta negociação durante a Sessão Pública poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.4 - A **NEGOCIAÇÃO** com a detentora do **MENOR PREÇO**, para obtenção do **MELHOR PREÇO**, **DEVERÁ** ocorrer em prazo máximo, já estipulado, de **2h (duas horas)**, contado da solicitação do Pregoeiro pelo sistema eletrônico, para que a licitante proponente envie **A PROPOSTA FINAL** conforme a negociação mencionada, isto é, devidamente **REALINHADA** e, se necessário, acompanhada de documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

11.5 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado e o **MELHOR PREÇO** encontrado para sua **ACEITAÇÃO FINAL** e **ANUNCIARÁ** a detentora da **MELHOR PROPOSTA**, imediatamente após o encerramento da etapa de lances, com a obtenção do **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme o caso.

11.6 - Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.7 - A licitante, após ser declarada vencedora do certame, seja no total licitado, seja por lote ou por itens, **NÃO PODERÁ** exercer a vontade de **DESISTIR**, tanto da adjudicação do lote por inteiro ou por algum item do lote, quanto pelo acatamento da execução do objeto, pois será entendido como comportamento inidôneo, reprovável e prejudicial à contratação pretendida pela Administração

11.7.1 - A licitante, mesmo que tenha conhecimento da impossibilidade da desistência da proposta por inteira ou mesmo de algum item, após ser declarada vencedora, e ainda assim praticar tal ato, ainda que não aceite, arcará com as penalidades cabíveis à espécie.

11.7.2 - A impossibilidade de desistência de algum item ofertado se estenderá durante a execução do objeto, bem como a aplicação das penalidades cabíveis caso ocorra tal condição/situação.

11.8 - Quando previsto nos Anexos deste Edital, a licitante vencedora do certame, por item ou por lote, deverá encaminhar no prazo estipulado no item 11.4, como condição para assinar o Contrato a ser firmado ou o Temo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, planilha com composição de preços da proposta ofertada ou planilha realinhada, conforme o caso, com os respectivos valores readequados e que serão usados na execução do objeto.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

11.8.1 - Ressalta-se que **PLANILHA REALINHADA** significa a readequação do valor inicial constante da proposta enviada, devendo ser utilizado um desconto proporcional ponderado a cada item ofertado, a fim de que tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final.

11.8.2 - O referido realinhamento (readequação de preços) será feito no Modelo da Proposta - **Anexo V** deste Edital.

11.8.3 - A Licitante vencedora do certame que não apresentar a sua proposta com o **REALINHAMENTO DOS PREÇOS OFERTADOS em até 2h (duas horas)** após a convocação do pregoeiro pelo chat na plataforma da eletrônica será desclassificada.

11.9 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.10 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.11- Serão rejeitadas as propostas que:

11.11.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.11.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

11.12 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.12.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.13 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.14 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A **PROPOSTA FINAL** do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico e de acordo como preconizado no item 11.4.

12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.

12.1.2. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail compras@camarapiquete.sp.gov.br a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

12.3. O Pregoeiro PODERÁ, na análise e julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas - documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ATA da Sessão Pública e acessível às licitantes, atribuindo validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.3.1. Esta atuação do Pregoeiro é FACULTATIVA, porém, em alguns casos, necessária. No entanto, se providenciada deverá ser pautada nos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade e eficiência, assegurando a ampla defesa e o contraditório, de modo a atender o interesse público.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

12.4 - O saneamento de erros e falhas que exigir do Pregoeiro que faça DILIGÊNCIA para verificação, a Sessão Pública deverá ser SUSPENSA e somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio às licitantes, pelo SISTEMA ELETRÔNICO com, no mínimo, **24 h (vinte e quatro horas)** de antecedência, sendo obrigatória que a ocorrência seja registrada na ATA da Sessão Pública.

13 - DO RECURSO

13.1 – O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o **prazo de no mínimo (30) trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e ou e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor competente, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3- Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **CONTRATANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

16 – DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 16.1** - O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta contratual.
- 16.2** - Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- 16.3** - O Termo de Contrato, (**minuta - Anexo IV**), a ser firmado com a (s) licitante (s) adjudicatária (s), incluirá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, necessárias à fiel execução do objeto licitado que o integrarão como se lá estivessem transcritas.
- 16.4** - O prazo e vigência do Termo de Contrato desta licitação com definição no **Anexo IV**, deste Edital.
- 16.5** - Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Contratual, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, assinada por profissional habilitado, quando o prazo de execução exceder o prazo de validade da proposta apresentada.
- 16.6** - A (s) licitante (s) adjudicatária (s) obriga-se a manter, durante toda a vigência do Termo de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação conforme artigos. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, qualificação técnica e regularidade fiscal e trabalhista, como exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua execução.
- 16.7** - O Termo de Contrato, a ser firmado com a Câmara Municipal não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão;

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

17.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

17.1.2 - Assinar o termo contratual no prazo estabelecido no item 18.

17.1.3 - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao **CONTRATANTE**.

17.1.3.1 - Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

17.1.3.2 - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

17.1.3.3 - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo **CONTRATANTE**, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Compras/Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

17.1.4 - Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

17.1.4.1 - Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

17.1.5 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Câmara Municipal, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

17.1.6 - Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

17.1.7 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

17.1.8 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

17.1.9 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

17.1.10 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

17.1.11 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.1.12 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

17.1.13 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

17.1.14 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

18 - DO CONTRATO

18.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, conforme **ANEXO IV**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

18.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

18.2 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

19.2 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

19.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;

19.4 - Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

19.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

19.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

19.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

20 – DA FISCALIZAÇÃO

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

20.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da(o) **Diretor Administrativo**, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

20.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso às suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

21. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - O pagamento pela efetiva entrega do produto/serviços objeto deste instrumento será efetuado em até 10(dez) dias, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

21.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

21.1.2 - A contagem para a efetivação do pagamento, previsto no *caput*, só iniciará-se após a aceitação dos produtos/serviços prestados pela fiscalização da Câmara Municipal de Piquete/SP e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Câmara Municipal de Piquete/SP, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

21.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus à Câmara Municipal de Piquete/SP.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

21.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

21.3 – A Câmara Municipal de Piquete/SP poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Câmara Municipal de Piquete/SP.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Câmara Municipal de Piquete/SP
- d) Débito da **CONTRATADA** para com a Câmara Municipal de Piquete/SP quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

21.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa da Câmara Municipal de Piquete/SP, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação da inflação do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

21.5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.5.1 - As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Câmara Municipal de Piquete/SP, consignadas às dotações orçamentárias para o ano de 2024 a seguir discriminadas:

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

7 – 01.031.7005.2039.3.3.90.30.00 – material de consumo;

13 – 01.031.7005.2039.3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS

23 – 01.031.7005.1015.4.4.90.52.00 – equipamento e material permanente

21.5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Câmara Municipal de Piquete/SP, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

22.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

22.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

22.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

22.4.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

22.4.1.2 – Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

22.4.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1 - O Objeto contratado terá vigência **de 12(doze) meses**, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme **art. 105 e 106, da Lei Federal nº 14.133/21** e suas sucessivas alterações posteriores.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 – Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

24.2 – Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.

24.3 - É facultado à **PREGOEIRO** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

24.4 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

24.5 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

24.6 – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

24.7 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

24.8 – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

24.9 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

24.10 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

24.11 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

24.12 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

24.13 - O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.14 – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

24.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitardigital (www.licitardigital.com.br).

24.16 - Integram o Presente Edital:

- A) ANEXO I** – Estudo Técnico Preliminar - ETP
- B) ANEXO II** - Termo de Referência;
- C) ANEXO III** – Planilha Preços;
- D) ANEXO IV** – Minuta do Contrato;
- E) ANEXO V** – Modelo Proposta Comercial;
- F) ANEXO VI** – Declaração Conjunta;
- G) ANEXO VII** – Projeto Básico;

24.17- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br> e/ou <https://www.camarapiquete.sp.gov.br/editais>.

24.18 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

24.19 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

24.20 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.21 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

24.22 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

24.23 - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

24.24 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.25 – O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

24.26. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 18:06h e ou pelo telefone (12) 3156-1010 e e-mail: compras@camarapiquete.sp.gov.br e ou licitacao@camarapiquete.sp.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>.

Piquete/SP, 03 de Outubro de 2024.

José Luiz de Faria Júnior

Presidente da Câmara Municipal de Piquete/SP

Rodrigo dos Santos Evaristo Macedo

Pregoeiro(a)

Parecer Jurídico
Edital está de acordo com os ditames legais
vigentes.

Bruno Reginato Araujo de Oliveira
OAB/224.414

**Assessor Jurídico da Câmara Municipal de
Piquete/SP**



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA.**

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA

A necessidade da contratação decorre da própria modernização pela qual o Plenário deste legislativo vem passando. O processo de modernização iniciou-se em 2022 com a contratação de empresa que elaborou o **Projeto Executivo (ANEXO VII)**, visando a modernização no sistema de SOM/AUDIO, TRANSMISSÃO E IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO PLENÁRIA (SISTEMA DE VOTAÇÃO), sendo três etapas visando a conclusão do referido projeto.

No ano de 2023 foi iniciada a primeira etapa de contratação na qual foi contratada empresa visando a aquisição de equipamentos de áudio e som, visando a modernização do sistema de áudio do Plenário deste Legislativo.

A presente aquisição é destinada a equipar o Plenário, modernizando o Sistema de Transmissão das Sessões e Sistema de Gestão Plenária. Com toda a modernização pela qual o Plenário está passando, faz-se necessário o emprego de equipamentos que se harmonizem com o novo ambiente, correspondendo a essa modernização, sobretudo no que concerne a prestação de serviço mais adequada, que a situação exige.

A Aquisição de equipamentos para Transmissão das Sessões (captação, edição, gravação e transmissão de conteúdo de áudio e vídeo pela internet (transmissão via streaming), a serem utilizados, se justificam, visto que, os Plenários dispõem de um sistema de transmissão de áudio e vídeo defasado.

A implementação de sistemas multimídia de última geração, incluindo software de controle, gerenciamento e criação audiovisual, bem como câmeras robóticas PTZ (pan-tilt-zoom), e a adoção de um painel eletrônico para acompanhamento das votações apresentam-se como medidas essenciais para modernizar a instituição. Essas tecnologias permitirão a digitalização do acesso ao conteúdo legislativo e à documentação cotidiana, garantindo que os cidadãos possam acessar as informações de maneira simplificada e acompanhar as deliberações e debates de modo interativo. A integração de sistemas de transmissão audiovisual fortalecerá ainda mais a infraestrutura da Câmara.

Os equipamentos, cuja aquisição se encontram neste processo, tem como objetivo modernizar a prestação de serviços permitindo que a população e público em geral usufruam de um melhor Sistema de Comunicação e Transmissão.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

Sobre a função do sistema de votação e gestão plenária a mesma visa dinamizar os trabalhos nas sessões, realizar a gestão do tempo de fala do parlamentar na tribuna, bem como trazer maior dinamismo aos atos de escrutínio da casa de leis. Com a implantação do sistema de gestão dos trabalhos no plenário, o parlamentar terá acesso aos projetos que foram votados através do terminal à sua frente, podendo analisar a ordem dia, entre outros documentos, sem a necessidade de uso de papel, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente e conseqüentemente para a economia de materiais desta casa de leis.

Conseqüente modernização e automação dos processos legislativos com o uso de ferramentas e equipamentos, visando aumentar a eficiência operacional, a transparência e a segurança das votações;

Com objetivo, dispor de uma estrutura completa e robusta de transmissão e votação de qualquer evento que esta casa precisar, não ficando limitada à prestadores de serviços externos somente nos dias de sessão ordinária.

Isso flexibiliza a disponibilidade e o fornecimento de material digital para a população de todos os eventos e sessões ordinárias e extraordinárias que acontecem nesta referida casa de leis.

As tecnologias dos itens listados ainda proporcionam uma elevada e notável qualidade de transmissão e gestão plenária, necessitando apenas de um operador para todo o equipamento.

Os equipamentos listados abaixo, atenderiam com as especificações mínimas exigidas no projeto executivo.

Atualmente o processo de votação faz uso de diversos processos manualmente, sem o apoio desejado de recursos computacionais. Portanto existe a necessidade da adoção de um software de votação eletrônica pela Câmara Municipal, visando modernizar o processo de votação regimental, garantido um resultado da votação de forma célere, clara, objetiva.

As interfaces de usuário intuitivas e simplificadas facilitarão significativamente a operacionalidade durante as sessões, reduzindo a carga de trabalho dos servidores e aumentando a eficiência dos procedimentos. Além disso, a adoção de um painel eletrônico de acompanhamento das votações, juntamente com a solução de software, proporcionará maior transparência e agilidade nas deliberações legislativas, permitindo que todos os envolvidos tenham acesso em tempo real às informações e resultados das votações. Com um sistema mais avançado, os vereadores poderão utilizar o painel para destacar projetos e locais específicos que estão sendo afetados pelas suas indicações e pelas necessidades da comunidade. Isso não apenas facilita a comunicação de suas ações, mas também ajuda a população a entender melhor o impacto do trabalho legislativo.

Esses avanços tecnológicos não apenas acelerarão os processos legislativos, mas também aprimorarão a qualidade das legislações elaboradas, incorporando os princípios de clareza e precisão na formulação das normas. A contratação visa trazer resultados como o engajamento público e o aumento no envolvimento dos cidadãos, que podem visualizar e entender claramente as ações dos vereadores. Com a incorporação dessas tecnologias avançadas, a Câmara Municipal de Piquete elevará o nível de suas operações internas e se posicionará como um modelo de eficiência, transparência e responsabilidade, atendendo às expectativas de uma sociedade que valoriza a inovação e a acessibilidade na administração pública.

Outro avanço significativo com a implementação de um painel eletrônico de votação seria a possibilidade de adoção conjunta de software que auxiliaria no controle de tempo, gerenciando a fila virtual para uso da tribuna. Isso ajudaria a organizar melhor o tempo de fala dos vereadores e outros participantes, garantindo que todos tenham a chance de contribuir de maneira justa e ordenada. Essa modernização permitiria a criação de um arquivo digital das discussões, acessível para consulta pública. Por todo o exposto, a importância da implementação tecnológica para gestão e gerenciamento das sessões plenárias é imprescindível, e a incorporação dessas ferramentas e equipamentos proporciona uma experiência aprimorada tanto para os participantes no local quanto para o público que acompanha as sessões à distância.

O uso de um painel digital interativo no plenário transforma a maneira como as informações são apresentadas durante as sessões. Este painel facilita a visualização de dados em tempo real, como resultados de votações, textos de projetos de lei e cronogramas de discussão. Além disso, a integração com sistemas de transmissão web permite que essas informações sejam compartilhadas simultaneamente com um público



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

mais amplo, estendendo a acessibilidade e o alcance das atividades parlamentares.

A introdução de um sistema de informações de controle multimídia na Câmara de Piquete representa uma transformação fundamental para aumentar a transparência, a eficiência e a participação cidadã nas atividades legislativas. Essa atualização tecnológica não só facilitará a operacionalização das sessões como também fortalecerá a confiança e o envolvimento público com o legislativo local. Isso também facilitará a inclusão de ferramentas digitais já disponíveis no mercado para a captação automática de fala e transcrição de textos. O acesso remoto permitirá que cidadãos acompanhem de forma interativa as informações das sessões, aumentando a transparência e o engajamento público. Esta ferramenta moderniza o suporte oferecido aos servidores, substituindo métodos obsoletos e recursos limitados utilizados atualmente para gerenciar informações durante as sessões. Facilita a interação e o feedback do público, que pode participar mais ativamente.

A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços técnicos em ferramentas de comunicação e tecnologia de dados é imperativa para apoiar a formação e definição de leis. Esta contratação inclui o fornecimento de equipamentos e licenças necessários para um período de 12 (doze) meses, bem como o suporte operacional pertinente, conforme especificações técnicas;

Além disso, a implementação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) é essencial para garantir a conformidade com as melhores práticas de governança e transparência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, artigo 6º, inciso IX, que define os objetivos das contratações públicas.

Dessa forma, faz-se necessário buscar uma solução complementar, de forma a atender as pretensões deste Legislativo e permitir um processo de votação de regimental, célere e seguro ao mesmo tempo.

ÁREA REQUISITANTE

| Identificação da Área requisitante | Nome do responsável |
|------------------------------------|-------------------------|
| Diretoria Administrativa | Carlos Alberto de Moura |

NECESSIDADES DE NEGÓCIO

As necessidades da Câmara Municipal de Piquete incluem a modernização e automação dos processos legislativos com o uso de ferramentas e equipamentos, visando aumentar a eficiência operacional, a transparência e a segurança das votações e também das transmissões das sessões. Os principais requisitos são:

- **Eficiência Operacional:**
 - Implementar um sistema eletrônico de votação e de transmissão das sessões que otimizem a execução dos trabalhos legislativos, melhorando a precisão e rapidez das votações e transmissões.
 - Instalar painéis eletrônicos para que todos os presentes nas sessões possam acompanhar as temáticas abordadas em discussão, bem como os resultados em tempo real.
 - Instalação de câmeras visando a captura e transmissão das imagens das sessões;
 - Proporcionar um meio didático e visual de transmissão das informações pertinentes às reuniões plenárias, sejam elas ordinárias, extraordinárias, solenes ou outros eventos.
- **Continuidade dos Serviços:**
 - Garantir que os sistemas funcionem de forma ininterrupta, com suporte técnico contínuo online e/ou presencial conforme o caso e manutenção preventiva e corretiva dos



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

equipamentos.

- A empresa contratada deve fornecer suporte e manutenção para os sistemas, garantindo sua disponibilidade e funcionamento correto, além de treinamento para a utilização do sistema.
- **Suporte a Novas Tecnologias:**
 - Adotar tecnologias modernas que sejam compatíveis com futuros upgrades e integração com outras ferramentas legislativas.
 - Os sistemas devem possibilitar a autenticação de usuários através de certificado digital e prever níveis de acesso diferenciados (vereador, legislativo, presidente).
 - Controle, gerenciamento e organização dinâmica das informações discutidas
- **Serviços de Suporte Técnico e Help Desk:**
 - Fornecimento de suporte técnico presencial durante as sessões e remoto durante o horário de funcionamento da Câmara.
 - Implementação e configuração inicial dos sistemas e equipamentos.
 - Realização de manutenção preventiva trimestral e corretiva sempre que necessário.
 - Acompanhamento in loco do contratado durante as sessões para garantir a correta utilização e funcionamento da aplicação.
- Definição de cláusulas e condições para a aquisição dos equipamentos e serviços, que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- Considerando que o Projeto de Modernização do Plenário, faz-se necessário compor a respectiva modernização na transmissão das sessões e gestão plenária, que no momento encontra-se com equipagem defasada tecnologicamente e aquém para as necessidades do serviço prestado no ambiente do plenário.
- Possibilidade de fácil planejamento/replanejamento de uma votação, facilitando o processo atual que ainda é muito manual e trabalhoso.
- Realização da votação com participantes presenciais e remotos de uma mesma pauta, através de aplicativo e/ou web, bem como possibilitar a confirmação de presença dos participantes e disponibilização do resultado da votação, podendo acompanhar também todos os dados relativos ao processo de votação de emenda regimental.
- Possibilidade de manter um processo de tomada decisões de forma célere e segura, garantido assim um resultado da votação de forma clara e objetiva.
- A contratação permite agilidade na entrega da solução conforme necessidade fundamental apresentada;
- Todos os componentes de *software* da solução deverão estar em suas últimas versões estáveis. A solução deverá ser multifunção e multitarefa, permitindo abrir diversas funções e executar diversas tarefas ao mesmo tempo.
 - A licitação vai ser realizada por lote considerando a especificação dos equipamentos, serviços e quantidades constantes na planilha orçamentaria.

NECESSIDADES TÉCNICAS

Especificações e Características Técnicas dos Equipamentos:

- Os itens devem ser fornecidos de acordo com as condições e especificações técnicas descritas neste ETP. As especificações foram elaboradas através do **Projeto de Modernização (ANEXO VII)**, considerando a necessidade envolvida, buscando se ater a real necessidade do serviço a ser desenvolvido.

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- **Sistema Streaming Multiplataforma;**
 - Sistema de controle e transmissão de informações para público web e público presente.
 - Alta resolução para garantir a clareza das informações exibidas.
 - Transmissão didática e visual dos dados pertinentes às sessões plenárias.
 - Ferramenta dinâmica para auxiliar nas apresentações e disseminação das informações e assuntos ministrados e discutidos em plenário.
- **Sistema de Votação Eletrônica:**
 - Software capaz de registrar, computar e exibir os votos de forma segura e em tempo real.
 - Compatível com dispositivos móveis e desktops, permitindo acesso multiplataforma.
 - Capacidade de gerar relatórios de votação.
 - Controle de acesso por níveis (vereador, legislativo, presidente).
 - Logs de sistema para auditoria de acessos e operações.
 - Suporte à autenticação de usuários através de certificado digital.
 - Operação em ambiente de nuvem (SaaS), garantindo flexibilidade e escalabilidade.

REQUISITOS NECESSARIOS A ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC – GESTÃO PLÉNARIA

1. Requisitos Funcionais:

- Capacidade de gerar relatórios de votação.
- Controle de acesso por níveis (vereador, legislativo, presidente).
- Logs de sistema para auditoria de acessos e operações.

2. Requisitos Não Funcionais:

- Alta disponibilidade e desempenho.
- Interface amigável e acessível para todos os usuários.
- Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

- A estimativa da quantidade de equipamentos e serviços a serem adquiridos está dentro do planejado, de acordo com o Projeto Executivo para cada um dos espaços do plenário, e visa atender a toda a demanda, norteadas pela lógica do essencial, para com isso, evitar o uso desnecessário de recursos.
- A estimativa de custos e itens estão de acordo com o **ANEXO III – Planilha de composição de Custos.**

Serviços Necessários:

- Instalação dos painéis eletrônicos e câmeras no plenário da Câmara.
- Instalação do sistema de controle Multiplataforma de criação, controle e gerenciamento audiovisual.
- Suporte técnico presencial e remoto.
- Manutenção preventiva e corretiva.
- Treinamento e capacitação dos servidores.
- Implementação de software para gestão das votações eletrônicas e dos painéis.

LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

- A aquisição de equipamentos visando modernizar e reequipar todo o ambiente do plenário, visa

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

acompanhar o andamento do processo de modernização e melhor prestação dos serviços pela qual o plenário já está passando;

- A não adoção desta posição, pressupunha que necessitaria transportar os itens hoje já utilizados, tecnologicamente ultrapassados, com vida útil intermediária ou mesmo no fim, e com o dispêndio de contratação de serviços para essa adequação, que ao final, não se demonstraria satisfatória. Sendo tal conduta não se revelaria economicamente melhor, nem mesmo a curto prazo, pois também seria dispendiosa, tendo ainda que em breve, buscar aquisições tendo em vista o fim da vida útil dos mesmos.
- Após pesquisa no mercado, buscando sistema de transmissão das sessões e gestão plenária, verificamos que a grande maioria atende aos ritos do Legislativo;
- Assim, a adoção de aquisição dos equipamentos, revelou-se mais adequada, e posto da forma que se optou, aquisição via processo licitatório, a mais acertada.

Soluções Consideradas:

- **Locação de Equipamentos e Serviços de Suporte Técnico (Outsourcing de TI):**
 - **Descrição:** Locação de painéis eletrônicos, tablets, câmeras e serviços de suporte técnico, incluindo a cessão de software.
 - **Vantagens:** Menor investimento inicial, atualização contínua dos equipamentos, manutenção.
 - **Desvantagens:** Custos recorrentes durante o período contratual, equipamentos não se tornam ativos do patrimônio.
- **Aquisição de Equipamentos:**
 - **Descrição:** Compra dos painéis eletrônicos, tablets, câmeras e demais equipamentos com a implementação de software.
 - **Vantagens:** Equipamentos se tornam ativos do patrimônio.
 - **Desvantagens:** Alto investimento inicial, custos contínuos de manutenção, depreciação dos equipamentos tecnológicos.

AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS

| PRÓS | CONTRAS |
|--|--|
| Equipamentos novos, condizentes com as tecnologias atuais; Garantia mínima de 12 meses, somado aos serviços técnicos da equipe de manutenção, garantem o funcionamento das máquinas; Atualizações de hardware e software em questões de segurança. | Possibilidade de alto custo de aquisição; O orçamento utilizado é o de investimentos, mais escasso que o disponível para consumo. |

ALUGUEL DE EQUIPAMENTO

| PRÓS | CONTRAS |
|--|---|
| Utiliza-se orçamento de custeio (serviço), e não de investimento; Manutenção executada pela contratada; | Possibilidade de gasto duplicado em serviços já realizados; Possibilidade de equipamentos disponibilizados sejam inferiores; |



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

Valores, ao longo do tempo, ultrapassam o valor de novas aquisições.

- **Da conclusão:**

No momento, o aluguel de equipamentos demonstra-se inviável, somado a grande dificuldade de implantação deste tipo de solução.

Além disso, o outsourcing de equipamentos pode gerar elevado custo financeiro sobreposto as atividades já realizadas pela Instituição.

A aquisição de equipamentos de comunicação (transmissão das sessões e votação eletrônica) para reequipar todo o ambiente do plenário, visa acompanhar o andamento do processo de modernização e melhor prestação de serviços pela qual o plenário já está passando.

A não adoção desta posição, pressupunha que necessitaria transportar os itens hoje já utilizados, tecnologicamente ultrapassados, com vida útil intermediária ou mesmo no fim, e com o dispêndio de contratação de serviços para essa adequação, que ao final, não se demonstraria satisfatória.

Tal conduta não se revelaria economicamente melhor, nem mesmo a curto prazo, pois também seria dispendiosa, tendo ainda que em breve, buscar aquisições tendo em vista o fim da vida útil dos mesmos.

Assim, a adoção de renovação/aquisição dos equipamentos de comunicação (transmissão das sessões e votação eletrônica), revelou-se mais adequada, e posto da forma que se optou, aquisição via processo licitatório, a mais acertada.

Sendo assim, optou-se pela aquisição dos equipamentos, pois além de ser a solução mais economicamente viável, o Legislativo conta com profissional contratado para realizar as manutenções que se fizerem necessárias no futuro;

ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES - EQUIPAMENTOS

| Critérios | Locação de Equipamentos | Aquisição de Equipamentos |
|---------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| Custo Inicial | Baixo | Alto |
| Custo de Manutenção | Baixo | Médio |
| Flexibilidade | Alta | Média |
| Segurança | Alta | Alta |
| Conformidade Legal | Alta (garantida pelo fornecedor) | Alta |
| Escalabilidade | Alta | Média |
| Dependência de Fornecedor | Alta | Baixa |
| Tempo de Implementação | Rápido | Rápido |

ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES - SOFTWARE

| Critérios | Locação de Software (SaaS) | Software Open Source |
|---------------------------|----------------------------------|----------------------|
| Custo Inicial | Baixo | Baixo |
| Custo de Manutenção | Baixo (incluído no contrato) | Variável |
| Flexibilidade | Alta | Alta |
| Segurança | Alta (incluído no contrato) | Variável |
| Conformidade Legal | Alta (garantida pelo fornecedor) | Variável |
| Escalabilidade | Alta | Alta |
| Dependência de Fornecedor | Alta | Média |
| Tempo de Implementação | Rápido | Médio |



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E BENEFÍCIOS ESPERADOS

Este investimento é fundamental para a modernização da Câmara, impactando positivamente a forma como as informações são geridas e disponibilizadas ao público. Os benefícios esperados incluem:

- **Melhoria na Transparência e Acesso à Informação:** Facilitação do acesso à informação por parte dos cidadãos, promovendo uma maior transparência das atividades legislativas.
- **Eficiência nas Operações:** Otimização dos processos legislativos através de sistemas que permitem uma gestão mais eficiente do tempo e dos recursos.
- **Interatividade e Engajamento:** Aumento do engajamento do público através do uso de tecnologias que permitem uma participação mais ativa dos cidadãos nas sessões plenárias e outras atividades.
- **Contratações similares:** Câmara Municipal de Cruzeiro/SP e Câmara Municipal de Lorena/SP.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

- A Câmara Municipal identificou a necessidade urgente de modernização de seu plenário, com foco nas soluções audiovisuais e sonoras, para melhorar a eficiência e a interatividade de suas sessões.
- Para isso, é imprescindível a contratação de uma empresa especializada em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Um levantamento de mercado preliminar revela a existência de diversas empresas capazes de fornecer soluções previstas no Projeto (Anexo I).
- No entanto, há uma preocupação significativa quanto à habilidade concreta dessas empresas em atender às especificidades dos serviços requeridos pela Câmara, especialmente no que se refere à automatização e integração das tecnologias no ambiente legislativo.
- Essa constatação sublinha a importância de selecionar fornecedores que não apenas entendam de tecnologia audiovisual, mas que sejam especialistas no segmento de TIC focado em automatização para ambientes governamentais. Esta especialização garante não apenas a implementação de tecnologias avançadas, mas também a aderência aos padrões de segurança e eficiência que um órgão público exige.

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custos foi levantada através de pesquisa de mercado conforme planilha de custos.

ANÁLISE COMPARATIVO DE CUSTOS (TCO)

No contexto de contratações e aquisições governamentais, a análise comparativa de custos totais de propriedade (TCO) é um procedimento padrão quando há múltiplas soluções viáveis disponíveis que atendam às exigências técnicas e funcionais do solicitante. Entretanto, quando apenas uma solução é considerada viável após uma análise preliminar, a exigência de realizar uma comparação de TCO se torna inaplicável. No caso em tela, a solução de aquisição é a única que atende aos critérios de viabilidade técnica e funcional, incluindo a locação de software para gestão das votações.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Objetivo da Solução: A contratação de uma empresa especializada visa ao fornecimento e instalação de painéis eletrônicos de votação, tablets, notebooks, e a implementação de um sistema de votação eletrônica. A empresa também deve oferecer suporte técnico contínuo, manutenção preventiva e corretiva, além da



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

cessão de software de gestão de votações e demais sistemas.

Componentes da solução: Conforme Projeto – Anexo I.

1. Serviços de Suporte Técnico e Manutenção:

- Suporte técnico presencial durante as sessões e remoto durante o horário de funcionamento da Câmara.
- Implementação e configuração inicial dos sistemas e equipamentos.
- Manutenção preventiva trimestral e corretiva sempre que necessário.

2. Serviços de Instalação e Treinamento:

- Instalação dos painéis eletrônicos no plenário da Câmara.
- Treinamento e capacitação dos servidores para utilização dos sistemas e equipamentos.

3. Software de Gestão:

- Solução de software para gerenciamento dos chamados de suporte e dos equipamentos locados.
- Controle de acesso por usuário e geração de indicadores de gestão em forma de relatórios.
- Registro e acompanhamento de chamados de suporte.
- Monitoramento e extração de relatórios estatísticos.
- Gerenciamento de cadastro, manutenção e histórico dos equipamentos.
- Integração com LDAP v3 e Microsoft Active Directory.
- Sistema de tramites legislativos.
- Sistema de Controle, compactação e Produção Audiovisual.
- Funcionalidades de assinatura digital, criação e edição de documentos, conversão para PDF, assinatura por múltiplos usuários e armazenamento automático.

JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

- A realização da contratação pretendida visa beneficiar melhoria nas transmissões das sessões e gestão plenária, objetivando as atender as necessidades de trabalho a ser realizado durante das sessões da Câmara e seus preparativos;
- A contratação de uma empresa especializada para a implantação de um sistema multimídia avançado na Câmara Municipal de Piquete tem o objetivo principal a modernização das operações legislativas, promovendo a eficiência, transparência e acessibilidade dos processos internos e das sessões plenárias. Este sistema, concebido como uma solução multiplataforma, será dotado de diversas funcionalidades automatizadas que apoiarão a formação de pautas, a tomada de decisões e a divulgação dos resultados das sessões legislativas de maneira eficaz e transparente.
- A solução proposta deverá fornecer suporte técnico e operacional abrangente, com o fornecimento de todos os equipamentos e licenças necessários pelo período de 12 meses. O sistema integrará tecnologias de multimídia de última geração, que facilitarão o acesso e a interação em tempo real com o conteúdo legislativo e a documentação digital, permitindo que os cidadãos acompanhem as deliberações e debates de forma interativa. Essa abordagem tecnológica avançada visa não apenas modernizar a infraestrutura da Câmara, mas também aprimorar significativamente a experiência dos servidores e do público;
- Salientamos que a referida contratação beneficiará a população como um todo, haja vista, que a aquisição de novos equipamentos permitirá uma melhora na transmissão da sessão e análise das votações realizadas neste Legislativo, insta frisar, que o sistema de votação eletrônico traz uma maior publicidade e lisura nas votações, evitando assim, o uso de folha e contagem manual dos votos. Valendo ainda acrescentar a própria exigência do Tribunal e demais órgãos de controle que orientam publicação no sitio eletrônico da Câmara Municipal das votações dos projetos e suas presenças.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- Os serviços enquadram-se na classificação de serviços de tecnologia TIC e aquisição de equipamentos, tendo em vista que podem ser especificados e têm as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas nos termos da Lei 14.133/2021.
- A presente contratação enquadra-se na categoria de serviços tecnologia TIC e aquisição de equipamentos, constituindo-se em atividades acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da Câmara Municipal de Piquete.
- Possui natureza continuada dos serviços necessários ao desempenho das funções parlamentares, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de atividades finalísticas do órgão.
- A contratação de uma empresa especializada para a implantação/ execução do Projeto (Anexo I) na Câmara Municipal de Piquete tem como objetivo principal a modernização das operações legislativas, promovendo a eficiência, transparência e acessibilidade dos processos internos e das sessões plenárias bem como melhoria nas transmissões das sessões.
- Os sistemas, trarão uma solução multiplataforma, será dotado de diversas funcionalidades automatizadas que apoiarão a formação de pautas, a tomada de decisões e a divulgação dos resultados das sessões legislativas de maneira eficaz e transparente.
- Em resumo, a implementação desta solução tecnológica moderna permitirá à Câmara Municipal de Piquete elevar o nível de suas operações internas, estabelecendo um novo padrão de transparência, eficiência e responsabilidade. Atenderá às expectativas de uma sociedade que valoriza a inovação e a acessibilidade na administração pública, promovendo um ambiente legislativo mais eficiente, participativo e acessível para todos os cidadãos

JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Eficiência e Produtividade: A solução permite uma gestão mais eficiente dos recursos tecnológicos, com redução da carga de trabalho manual associada à manutenção e atualização dos equipamentos. Isso aumenta a produtividade geral e a eficácia operacional, permitindo que os servidores se concentrem em suas funções principais. A implementação do software de gestão permite uma administração centralizada e eficiente dos chamados de suporte e dos equipamentos locados, aumentando a transparência e a eficiência.

Segurança e Conformidade: A solução inclui mecanismos robustos de segurança e conformidade, garantindo a proteção contra acessos não autorizados e a perda ou vazamento de informações. A conformidade contínua com normas de segurança minimiza o risco de penalidades legais e financeiras, representando uma estratégia econômica prudente para proteger a Câmara Municipal contra riscos e exposições significativas. O software em nuvem oferece recursos avançados de segurança e conformidade, garantindo que os dados estejam protegidos e em conformidade com a legislação vigente.

Validação Econômica por Prova de Conceito: A implementação de uma Prova de Conceito (PoC) antes da contratação completa demonstrará a viabilidade técnica e operacional da solução, bem como sua eficácia econômica. A PoC ajudará a assegurar que os benefícios esperados, como a redução de custos e o aumento de eficiência, serão efetivamente realizados, solidificando a justificativa para o investimento.

BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Aumento da Conformidade Regulatória: A solução escolhida garante a conformidade contínua com as normas e regulamentos aplicáveis à gestão de TI, reduzindo o risco de penalidades e reforçando a postura de governança de TI da Câmara Municipal. A implementação de software permite a geração de relatórios detalhados, facilitando a auditoria e a transparência dos processos.

Melhoria na Eficiência Operacional: A automação de tarefas e a gestão eficiente dos equipamentos de TI



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

proporcionadas pela solução de locação reduzem a carga de trabalho manual e melhoram a precisão no processamento de dados. A centralização das operações de TI facilita o monitoramento, a análise e o relatório das atividades, resultando em maior eficiência operacional. O software de gestão permite uma administração centralizada e eficiente dos recursos tecnológicos.

Reforço na Segurança da Informação: A solução inclui medidas avançadas de segurança e proteção de dados, minimizando vulnerabilidades e protegendo contra violações de dados. A consultoria especializada assegura que as medidas de segurança sejam continuamente atualizadas e alinhadas às melhores práticas do mercado. A implementação de software permite a gestão segura e integrada dos recursos tecnológicos.

Capacitação e Transferência de Conhecimento: A solução inclui a transferência de conhecimento e treinamento dos funcionários, capacitando-os para gerenciar eficientemente os aspectos de TI e proteção de dados. A contratação também oferece suporte contínuo e orientação estratégica, promovendo uma cultura organizacional voltada à inovação tecnológica. O software de gestão permite a capacitação contínua dos usuários e a adaptação às mudanças tecnológicas.

Adaptabilidade e Escalabilidade: A solução oferece a flexibilidade necessária para se adaptar às mudanças tecnológicas e regulamentares, garantindo que a gestão de TI possa evoluir conforme as necessidades futuras. A escalabilidade da solução permite ajustar os recursos tecnológicos à medida que a demanda cresce, sem a necessidade de reinvestimentos significativos. A implementação de software permite a adaptação rápida às novas demandas e requisitos.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

1.1. DO OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA”.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS:

- 1.2.1. Conforme Projeto em anexo;
- 1.2.2. Conforme Planilha de custos em anexo;

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- O início da vigência da presente aquisição está previsto para o mês de setembro/outubro/2024;
- A duração da vigência será: 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei;

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A justificativa fundamentada encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

Assim com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo/lotes.

Justifica-se tal critério de julgamento e adjudicação por LOTE devido às seguintes particularidades:

- Buscou-se evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de preservar o máximo possível a rotina da unidade, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores;
- Procurou-se lidar com um único fornecedor diminuindo o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação;
- Diante do aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública;

Destaca-se que a realização do processo licitatório para aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder a aquisição dos equipamentos descritos, justificando-se o interesse público em suprir as necessidades dos servidores.

Sendo assim o procedimento desta licitação se dará pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como forma de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL** tendo em vista as condições técnicas desta Casa de Leis.

Assim, a presente contratação objetiva, por fim, selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, de forma que garanta a boa qualidade dos produtos ofertados a custos reduzidos e contribuindo para com a diminuição dos gastos governamentais.

- A contratação fundamenta-se no artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/21 e artigo 55 da Resolução nº 458/2024 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

4. OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 –Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

4.1. Os produtos objeto do presente termo deverão ter início no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço.

4.1.1. Os produtos/serviços objeto do presente termo de referência será recebido em remessa unica, com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da ordem de fornecimento.

4.1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados na sede da Câmara Municipal de Piquete, localizada a Rua do Piquete, nº 140, Centro, Piquete/SP.

4.1.3. A Contratada será responsável por todas as despesas diretas e indiretas, que possam surgir a qualquer tempo, pelo fornecimento e transporte do objeto.

4.1.4. O não cumprimento desse prazo acarretará a anulação do empenho, bem como a aplicação das penalidades cabíveis, procedendo à convocação do fornecedor subsequente, considerando a ordem de classificação de proposta.

4.1.5. Se após 5 (cinco) dias da homologação da contratação a ordem de serviço não for recebida, o prestador deverá entrar em contato por meio do e-mail compras@camarapiquete.sp.gov.br, solicitando o referido documento. A alegação do não recebimento da ordem de serviço não será aceita como justificativa para o atraso na execução do objeto.

5. Obrigações da CONTRATADA:

5.1. Fornecer os produtos/serviços de acordo com as condições e prazos propostos neste Termo de Referência;

5.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às reclamações;

5.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Câmara Municipal;

5.4. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.

5.4.1. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Câmara Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6. Obrigações da CONTRATANTE:

6.1. Proceder a fiscalização do objeto da contratação em relação ao aspecto quantitativo e qualitativo a serem prestados pelo fornecedor.

6.2. Comunicar o CONTRATANTE acerca de defeitos, falhas e/ou imperfeições verificadas.

6.3. Emitir a nota de empenho e efetuar pagamento ao(s) fornecedor(es) de acordo com a forma e prazo estabelecidos.

6.4. Possibilidade de subcontratação:

(x) Não.

7. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

ser cumpridas de imediato.

- 7.4.** A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato e/ou instrumento equivalente.
- 7.5.** A entrega dos materiais/prestação do serviço ocorrerá no seguinte prazo, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento: conforme calendário de eventos da Câmara Municipal:
- 7.5.1.** Os produtos/serviços objeto do presente termo de referência será recebido em remessas única, com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.6.** A entrega do material/prestação do serviço deverá ocorrer: Conforme previsão citada acima no item 7.5.1.
- 7.7.** A entrega dos materiais/prestação do(s) serviço(s) pela CONTRATADA ocorrerá, sem quaisquer ônus adicionais para a Câmara, no seguinte endereço: Rua do Piquete, nº 140, Centro, Piquete/SP, 12.620-000.

8. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 8.1.** A gestão da contratação será atribuída ao servidor(a) Carlos Alberto de Moura.
- 8.2.** Em razão da natureza do objeto a fiscalização:(X) será exercida pelo próprio gestor.
- 8.3.** O modelo de gestão e fiscalização da contratação consiste na análise do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações estipuladas na contratação.
- 8.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.5.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 8.6.** O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas, falhas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
- 8.7.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.8.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.9.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 8.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.12.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.13.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 8.14.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 8.15.** A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.
- 8.16.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

- 9.1.** A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento ou do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 9.2.** Os serviços prestados/produtos entregues serão conferidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para averiguar se estão de acordo com o objeto desta contratação, nos termos do artigo 140, I, —a, da Lei nº 14.133/21 c/c art. 27, I.
- 9.3.** O recebimento provisório será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por meio de termo, no prazo de 2(dois) dias.
- 9.4.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.5.** **O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos** contratados, com a aprovação da fiscalização referente à perfeita execução do objeto e emissão da Nota Fiscal correspondente; e será realizado por meio de transferência bancária em favor da empresa CONTRATADA.
- 9.6.** O gestor do contrato deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 9.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.8.** A empresa deverá fornecer serviços/produtos de primeira qualidade que atendam às exigências técnicas para a perfeita utilização e o adequado resultado dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, a às suas expensas, pela substituição do que foi entregue fora dos padrões de qualidade exigidos.
- 9.9.** O faturamento será realizado: (X) Mensalmente, de acordo com os produtos entregues e apresentação da nota fiscal.
- 9.10.** Após comunicação do gestor do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da CONTRATANTE.
- 9.11.** A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
- 9.12.** No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema no prazo de, com suspensão do prazo de pagamento.
- 9.13.** Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.14.** Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
- 9.15.** A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento da nota fiscal, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 9.16.** A CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço ou entrega não estiver de acordo com as especificações apresentadas.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 9.17. A Nota Fiscal deverá ser emitida no nome da CONTRATANTE.
- 9.18. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.
- 9.19. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
- 9.20. Para efeito de pagamento, considerar-se-á pagar a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
- 9.21. O reajuste do contrato terá como referência: (X) A variação acumulada do IPCA no período, observado o interstício mínimo de 1(um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
- 9.22. O prazo de garantia contratual dos serviços/produtos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de:
- (X) Pregão, conforme artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21
- 10.2. Será considerada vencedora a proposta contendo:
- (X) O menor preço global.
- 10.3. Os documentos exigidos para HABILITAÇÃO são os constantes no item 15 deste Termo de Referência
- 10.4. A Administração Pública, visando o prestígio à celeridade, fica autorizada a realizar consultas por meio da rede mundial de computadores dos documentos disponibilizados de maneira online.
- 10.5. Será divulgado aviso de contratação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Piquete/SP e/ou na Imprensa e/ou no PNCP, pelo prazo de 8 (oito) dias úteis contendo a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas de eventuais interessados.

11. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E DAS PROPOSTAS:

- 11.1. O valor estimado da contratação perfaz a monta de **R\$ 264.273,67(duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e três reais e sessenta e sete centavos)**.
- 11.2. O valor da contratação foi alcançado a partir da pesquisa de mercado com as seguintes fontes:
- (X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de documento de pesquisa de mercado ou e-mail, com prazo máximo de até 6 (seis) meses, conforme artigo 23, da Lei nº 14.133/21.
- 11.3. Para alcançar o valor estimado da contratação foi utilizado o método estatístico:
- (X) Média dos valores apurados na pesquisa de mercado.
- 11.4. Pretende-se justificar a compatibilidade do preço a ser licitado para o objeto com os preços praticados no mercado. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos;
- 11.5. Também importante é o entendimento pacífico de que a justificativa de preço é elemento essencial da contratação, posto que a sua validade dependa da verificação da razoabilidade.
- 11.6. Diversos são os parâmetros que poderão ser utilizados para se avaliar a adequação dos preços, até mesmo quando se tratar de fornecedor exclusivo. Sobre esse tema, o doutrinador Marçal Justen Filho também afirma a existência de outros métodos possíveis para se evidenciar a razoabilidade dos preços. “Na impossibilidade de justificar o preço com base em contratos anteriores firmados entre a Administração e o particular, Marçal entende que o contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional”.
- 11.7. Dessa forma, constam dos autos documentos que comprovam a realização de pesquisa de preços previamente à fase externa da licitação efetuada com interessados. O preço praticado, a fim de justificar e



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

comprovar a coerência do preço da contratação ora a ser licitada encontra-se dentro do praticado no mercado.

11.8. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12. A INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

7 – 01.031.7005.2039.3.3.90.30.00 – material de consumo;

13 – 01.031.7005.2039.3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS

23 – 01.031.7005.1015.4.4.90.52.00 – equipamento e material permanente

13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

13.1. A presente contratação será formalizada por:

(X) Termo de contrato.

() Nota de empenho (quando se tratar de situação prevista nos incisos I e II, do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).

14. DAS SANÇÕES:

14.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3. Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.

14.3.1. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

14.3.2. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br

licitacao@camarapiquete.sp.gov.br

compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 14.3.4.** Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.3.5.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 14.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.5.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.5.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 14.5.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.5.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.5.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 14.8.** Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.
- 14.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 14.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos itens 8.2 e seguintes, bem como poderão estar previstas nos anexos deste Aviso legalmente estabelecidas.

15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

15.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 15.3.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 15.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 15.5.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 15.6.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 15.7.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 15.8.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 15.9.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 15.10.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 15.11.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

15.12. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 15.12.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.12.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;
- 15.12.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.12.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 15.12.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.12.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 15.12.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 15.12.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

15.13. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;(CNPJ)

15.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

15.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.13.5. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.13.6. Prova de regularidade com a **FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.13.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos **tributos Fazenda Estadual e/ou Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.14. Qualificação Econômico-Financeira

15.14.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.15. Qualificação Técnica

15.15.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.15.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.15.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.15.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1. O procedimento deverá ser divulgado no site da Câmara Municipal de Piquete/SP, e/ou na Imprensa e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

16.2. A execução do serviço será de acordo com a demanda da Câmara Municipal Piquete/SP, e conforme disposto neste **Termo de Referência**.

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 –Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

16.3. A Câmara Municipal de Piquete/SP reserva-se no direito de não aceitar nem receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação.

16.4. Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

16.5. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter secundário ou qualquer outra.

16.6. O presente Termo de Referência está em conformidade com as descrições e especificações detalhadas solicitadas no Documento de Formalização de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar -ETP, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, passa a integrar o processo administrativo formalizado.



Câmara Municipal de Piquete
Estado de São Paulo

ANEXO III

PLANILHA DE PREÇOS

| LOTE 2 - MODERNIZACAO PLENARIO | | | | | |
|------------------------------------|---|------|-----|-----------------|---------------|
| Sistema de Transmissão das Sessões | | | | MÉDIA DE PREÇOS | |
| ITEM | DESCRIPTIVO | UND | QNT | VALOR | VALOR TOTAL |
| 1 | CONTROLE TOUCHSCREEN PARA CAMESAS PTZ | UND | 1 | R\$ 7.958,35 | R\$ 7.958,35 |
| 2 | CAMERAS ROBOTICAS PTZ | UND | 3 | R\$ 4.868,46 | R\$ 14.605,38 |
| 3 | SWITCH DE REDE 8N PORTAS 10/100/1000 | UND | 1 | R\$ 377,51 | R\$ 377,51 |
| 4 | SISTEMA DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL AO VIVO - | UND | 1 | R\$ 22.663,50 | R\$ 22.663,50 |
| 5 | MONITOR LED - MULTIVIEW 40" | UND | 1 | R\$ 2.445,83 | R\$ 2.445,83 |
| 6 | REGUAS DE TOMADA PADRAO RACKT 8T | UND | 3 | R\$ 213,35 | R\$ 640,05 |
| 7 | NOBREAK INTERATIVO | UND | 1 | R\$ 3.873,52 | R\$ 3.873,52 |
| 8 | CABOS DE VIDEO DIGITAL HD | UND | 4 | R\$ 354,33 | R\$ 1.417,32 |
| 9 | CABO DE TELECOMUNICACAO 30M - CONECTOR RJ45 | UND | 4 | R\$ 87,04 | R\$ 348,16 |
| 10 | CABO FLEXIVEL - 200M - | ROLO | 1 | R\$ 627,83 | R\$ 627,83 |
| 11 | SERVIÇO INSTALACAO | SERV | 1 | R\$ 7.458,33 | R\$ 7.458,33 |
| 12 | SERVIÇO DE TREINAMENTO | SERV | 1 | R\$ 4.375,00 | R\$ 4.375,00 |
| VALOR ESTIMADO LOTE | | | | | R\$ 66.790,78 |

OBS: O descritivo completo de cada item listado acima encontra-se no Projeto (Anexo VII) deste Edital.

| LOTE 3 - MODERNIZACAO PLENARIO | | | | | |
|--|------------------------------------|-----|-----|-----------------|---------------|
| Sistema de Gerenciamento dos Trabalhos em Plenário | | | | MÉDIA DE PREÇOS | |
| ITEM | DESCRIPTIVO | UND | QNT | VALOR | VALOR TOTAL |
| LICENÇA DE SOFTWARE | | | | | |
| 1 | LICENÇA MODULO CONTROLE E OPERACAO | UND | 1 | R\$ 7.068,94 | R\$ 7.068,94 |
| 2 | LICENÇA MODULO PRESIDENCIA | UND | 1 | R\$ 7.068,94 | R\$ 7.068,94 |
| 3 | LICENÇA MODULO PARLAMENTAR | UND | 9 | R\$ 7.068,94 | R\$ 63.620,46 |
| 4 | LICENCA MODULO EXIBICAO MULTIMIDA | UND | 1 | | R\$ - |



Câmara Municipal de Piquete
Estado de São Paulo

| EQUIPAMENTOS E MATERIAIS | | | | | |
|-------------------------------|--|-----|----|---------------|-----------------------|
| 5 | TERMINAL DE CONTROLE E OPERAÇÃO | UND | 1 | R\$ 1.812,76 | R\$ 1.812,76 |
| 6 | TERMINAL DA PRESIDENCIA | UND | 1 | R\$ 4.391,67 | R\$ 4.391,67 |
| 7 | TERMINAL PARLAMENTAR | UND | 11 | R\$ 1.862,76 | R\$ 20.490,36 |
| 8 | DIPLAY MULTIMIDA 2X2 | UND | 1 | R\$ 33.783,52 | R\$ 33.783,52 |
| 9 | GERENCIADOS DE MICROF. INFORMATIZADO | UND | 1 | R\$ 5.323,33 | R\$ 5.323,33 |
| 10 | CAMPAINHA SONORA | UND | 1 | R\$ 89,58 | R\$ 89,58 |
| 11 | SISTEMA DE CONTI. ENERGIA | UND | 1 | | |
| SERVIÇOS | | | | | |
| 12 | SERVIÇO DE SUPORTE TECNICO | | | | |
| 13 | SERVICO DE TREINAMENTO OPERACIONAL E PARLAMENTAR | | | | |
| 14 | SERVIÇO DE ACOMPANHAMNETO IN LOCO | | | | |
| | | 1 | | R\$ 53.833,33 | R\$ 53.833,33 |
| VALOR ESTIMADO DO LOTE | | | | | R\$ 197.482,89 |

OBS: O descritivo completo de cada item listado acima encontra-se no Projeto (Anexo VII) deste Edital.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 013/2024 – Pregão Eletrônico nº 001/2024

MINUTA CONTRATUAL nº ____/2024.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA”.

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, a **Câmara Municipal de Piquete**, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 02.266.834/0001-79, com Sede Administrativa nesta cidade na Rua do Piquete, nº 140, Centro, CEP:12.620-000, representado por seu Presidente, Sr. José Luiz de Faria Júnior, professor, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 49.707.109-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 351.372.438-17, residente e domiciliado à Rua Heitor Vilela Nunes, nº 206, Bairro Santo Antonio, Piquete, CEP: 12.620-000, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada à _____, representada pelo _____, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), empresário(a), portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliada _____, doravante denominado CONTRATADO, com fulcro e nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024**, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 001/2024 e seus anexos, os preceitos do Direito Público, e a Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA”**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1.1.** O Estudo técnico preliminar;
- 2.1.2.** Termo de Referência;
- 2.1.3.** A Proposta do contratado;
- 2.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1.1. O prazo de vigência da contratação é **até o dia 31/12/2024**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 –Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

contratado, previstas neste instrumento.

- 3.1.2** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.3** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 3.1.4** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 3.1.5** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos contratados, com a aprovação da fiscalização referente à perfeita execução do objeto e emissão da Nota Fiscal correspondente; e será realizado por meio de transferência bancária em favor da empresa CONTRATADA.

5.3. A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento da nota fiscal, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice IPCA

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

11.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, locale forma/meio de entrega, regras de aceitação, recebimento provisório e definitivo, do objeto constam no Termo de Referência.

11.1.1. Os produtos/serviços objeto do presente contrato será recebido em remessa única, com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da ordem de fornecimento.

11.1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados na sede da Câmara Municipal de Piquete, localizada a Rua do Piquete, nº 140, Centro, Piquete/SP.

11.1.3. A Contratada será responsável por todas as despesas diretas e indiretas, que possam surgir a qualquer tempo, pelo fornecimento e transporte do objeto.

11.1.4.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Câmara Municipal de Piquete/SP, consignadas às dotações orçamentárias para o ano de 2024 a seguir discriminadas:

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

7 – 01.031.7005.2039.3.3.90.30.00 – material de consumo;

13 – 01.031.7005.2039.3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS

23 – 01.031.7005.1015.4.4.90.52.00 – equipamento e material permanente

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

10.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.3. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art.116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

11.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o Termo de Referência.

12.2. O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 – Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br

licitacao@camarapiquete.sp.gov.br

compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

- 14.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 14.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 14.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 14.2.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 14.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 14.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - 14.2.4.** Multa de:
 - 14.2.4.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - 14.2.4.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 12 do Decreto 15.604, de 28 de março de 2023.
 - 14.2.4.1.2.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 14.2.4.1.3.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 14.2.4.1.4.** entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.
 - 14.2.4.2.** 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:
 - 14.2.4.2.1.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 14.2.4.2.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 14.2.4.3.** 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:
 - 14.2.4.3.1** der causa à inexecução total do contrato;
 - 14.2.4.3.2.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 14.2.4.3.3.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 14.2.4.3.4.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 14.2.4.3.5** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.2.4.3.6** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 14.2.4.4.** multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados nos documentos fiscais.
- 14.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 14.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 14.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 14.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

15.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

15.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 (da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3. Indenizações e multas.

15.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.5. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor

– e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

17.2.2. “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

17.2.3. “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

17.2.5. “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato,



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação na imprensa e ou site da Câmara Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Piquete/SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Piquete/SP, ____ de _____ 2024.

| CONTRATANTE José Luiz de Faria Júnior PRESIDENTE | CONTRATADO |
|---|---|
| TESTEMUNHAS: NOME: _____ RG: _____ | TESTEMUNHAS: NOME: _____ RG: _____ |

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico (a) da CONTRATANTE)

Bruno Reginato Araujo de Oliveira
OAB/224.414
Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Piquete/SP



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 013/2024

Pregão Eletrônico nº 001/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A MODERNIZAÇÃO DO PLENÁRIO, VISANDO A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA SESSÃO E SISTEMA DE VOTAÇÃO PLENÁRIA”.

A empresa....., propõe fornecer à Câmara Municipal de Piquete/SP, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, produtos conforme abaixo discriminados; concordando que os produtos serão entregues conforme determina o Pregão Eletrônico e Anexos, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

| | | |
|---|---------------------|----------------|
| Todos os campos são de preenchimento obrigatório | | |
| Razão Social | | |
| CNPJ | Telefone / Fax | |
| Endereço | | |
| Banco | Agência (nome / nº) | Conta corrente |
| Dados do Signatário - para assinatura do Contrato | | |
| Nome: | | Cargo: |
| Nacionalidade | Identidade | CPF |

Valor total da Proposta:

- A presente proposta está de acordo com todas as condições do Termo de Referência.
- A validade desta proposta é de 60 dias.
- *Declaramos que no preço cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como impostos, taxas ou quaisquer outros encargos que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, inclusive aqueles de trata o do Termo de Referência e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.*

“Declaro, para os devidos fins, que esta empresa não se enquadra em qualquer caso de proibição previsto na legislação vigente para licitar ou contratar com a Administração Pública.”

Piquete/SP, _____ de _____ de 2024.

(nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG/Cargo:

Rua do Piquete, 140 – Centro – Piquete – SP – CEP – 12.620-000 –Tel: (12) 3156-1010

www.camarapiquete.sp.gov.br
licitacao@camarapiquete.sp.gov.br
compras@camarapiquete.sp.gov.br



Câmara Municipal de Piquete

Estado de São Paulo

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO nº 013/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2024

- DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizado na _____, vem, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 001/2024, promovida pela Câmara Municipal de Piquete/SP, DECLARA sob as penas da Lei:

- I) DECLARA a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II) DECLARA o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber, conforme certidão da junta comercial em anexo;
- III) DECLARA o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- IV) DECLARA o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- V) DECLARA o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- VI) DECLARA que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- VII) DECLARA que não possui em seus quadros, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento desta Instituição, bem como a prestação de serviço por empregado de empresa fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

Piquete/SP, _____ de _____ de 2024.

(nome e assinatura do representante legal da licitante)
RG/Cargo:



Câmara Municipal de Piquete
Estado de São Paulo

ANEXO VII

PROJETO



PROJETO -
Modernização Plena